

## EDITORIAL

### ANÁLISES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA

A temática regional vem ganhando espaço cada vez maior nos estudos e debates acadêmicos, bem como na formulação de políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento de uma determinada região, estado ou país. Fazendo a interlocução entre o específico e o todo, esses estudos são fundamentais para ampliar a compreensão da realidade de uma determinada unidade da federação, como é o caso em tela relativo ao estado de Santa Catarina.

Nesse estado da federação, observa-se que, à medida que o processo colonizador foi avançando, especialmente nos séculos XIX e XX, configurou-se um sistema econômico que não seguiu integralmente a lógica da ocupação produtiva nacional. De um modo geral, pode-se dizer que até o início do século XIX configurou-se um sistema de subsistência local desintegrado no âmbito do estado e assentado na pesca e na produção de gêneros alimentícios básicos (litoral) e na pecuária extensiva (planalto). Este cenário só se modificou a partir de meados do século XIX, quando Santa Catarina começou a ter mais espaço na esfera nacional. Para isso, foi decisiva a política de incentivo à imigração e a lei de terras que regulamentava a aquisição das propriedades pelos imigrantes.

Da segunda metade do século XIX em diante houve um enorme processo de imigração para as regiões do Vale do Itajaí, para a região Norte e para o Sul do estado. A partir desse período verificou-se o início da transformação da base econômica com o surgimento de pequenas indústrias nos setores alimentar, têxtil, erva-mate e de madeiras, o que possibilitou o salto para a industrialização no período seguinte. Em função disso, o sistema econômico deixa de ter sua base exclusivamente voltada para a subsistência local, passando a participar da dinâmica do país, através do fornecimento de excedentes, em sua maioria de origem agropecuária.

Em função disso, conformou-se um sistema econômico que, embora tenha se integrado parcialmente ao nível regional, desenvolveu uma dinâmica de interligação prioritária das cidades pólos regionais com as outras unidades da federação. Como exemplo, pode-se citar a articulação de Joinville à região metropolitana de Curitiba; a articulação de Lages aos Campos Gerais do Paraná e ao estado de São Paulo; a articulação das cidades de Blumenau e Brusque ao eixo Rio-São Paulo; etc. Isso fez com que uma integração mais

efetiva entre as várias regiões do estado, tanto em termos comerciais, produtivos e até mesmo rodoviários, viesse a ter maior concretude somente após a segunda metade do século XX.

Hoje o estado catarinense é tido como um exemplo de um processo de desenvolvimento socioeconômico equilibrado, comparativamente ao conjunto do país. Em grande medida, isso decorre da maior articulação econômica e social entre as seis mesorregiões que dinamizam essa unidade da federação. Partes dessas experiências regionais serão analisadas neste número da Revista NECAT.

O primeiro artigo, intitulado “Padrões de crescimento e integração da economia regional brasileira no século XX e início do século XXI” e de autoria de Fernando Cêzar de Macedo, Beatriz Tamaso Miotto e Pietro Caldeirini Aruto, discute os determinantes históricos dos padrões de integração da economia brasileira e as principais consequências das opções da política econômica para o desenvolvimento regional do país, atendo-se a dois períodos específicos: o processo de industrialização entre 1930 e 1980 e a emergência posterior do padrão neoliberal de especialização produtiva. Os autores afirmam que, embora as características espaciais do subdesenvolvimento persistam, os condicionantes internos e externos, sintetizados na política econômica, são distintos. Isto porque, no primeiro período as desigualdades regionais aumentaram diante de um processo de integração nacional com crescimento econômico, enquanto que no segundo período o aparente movimento de convergência de renda média e de estrutura econômica revela um modelo de baixo crescimento que não é capaz de aprofundar a integração e nem confrontar os determinantes da dependência externa.

A principal conclusão é que a experiência histórica do desenvolvimento capitalista brasileiro no século XX evidenciou que o crescimento da economia atrelado à integração do mercado interno, ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho e ao aumento dos elos de complementariedade regional, gerou taxas de crescimento maiores não apenas no centro dinâmico como também na periferia nacional. Mas isso não quer dizer, segundo os autores, que o crescimento seja condição exclusiva para a superação das desigualdades regionais subjacentes às condições históricas do subdesenvolvimento.

O segundo artigo, intitulado “Características socioeconômicas da região do Extremo Sul catarinense: uma análise entre o rural e o urbano” e de autoria de Dimas de Oliveira Estevam, Tiago Pereira Jorge e Giovana Ilka Jacinto Salvaro, discute as características socioeconômicas dos municípios que fazem parte da Associação dos Municípios da Região do Extremo Sul Catarinense (AMESC), ressaltando aspectos rurais e urbanos com o objetivo de

identificar possíveis predominâncias de cada um desses espaços. Para fazer as análises comparativas setoriais e espaciais, os autores utilizaram um conjunto de informações sociais e econômicas.

A principal conclusão do estudo foi que, tanto no aspecto social quanto no econômico, predominam na região da AMESC as características rurais. Além disso, constatou-se grande dependência econômica dessa região em relação às culturas do fumo, frango e arroz, produtos que apresentam grande instabilidade, ao intercalar momentos de crescimento com períodos de quedas. Por isso, sugere-se que ao se pensar estratégias de desenvolvimento para a região se leve em consideração essas características.

O terceiro artigo, intitulado “O nordeste catarinense: uma abordagem a partir da ideia de região de aprendizagem” e de autoria de Fabiano Rodolfo, discute a dinâmica econômica da região nordeste de Santa Catarina a partir de elementos da noção de região de aprendizagem (*learning region*). Para o autor, trata-se de uma das regiões economicamente mais dinâmicas do estado de Santa Catarina, abrigando em seus limites territoriais importantes pólos industriais catarinenses; associações empresariais; instituições de ensino; etc. aspectos que formam um tecido institucional relevante e que alimentam processos de aprendizagem que a diferencia em relação às demais regiões do estado.

Em função disso, a principal conclusão do autor, à luz da experiência da região nordeste de Santa Catarina, é que o espaço geográfico se constitui em uma das variáveis mais relevantes nas análises econômicas. Isto porque, a presença nessa região de um ambiente particular que nutre processos de aprendizagem permite às empresas ali instaladas vantagens em termos de desempenho econômico. Como consequência, a região tornou-se atrativa para novos investimentos.

O quarto artigo, intitulado “Uma dinâmica assentada na diversificação industrial: a experiência do município de Rio do Sul” e de autoria de Felipe Anderson França, analisa a estrutura industrial do município de Rio do Sul, enquanto eixo dinâmico da economia local. Para tanto, foram considerados indicadores de emprego industrial e de arrecadação de ICMS na indústria, segmentados pela Divisão CNAE 2.0. Para o autor, o município de Rio do Sul apresenta uma eloquente experiência, sugerindo que a diversificação industrial é um elemento essencial para se compreender dinâmicas econômicas regionais e territoriais.

A principal conclusão do estudo é que, em função de sua diversificação produtiva, o município de Rio do Sul consegue se manter economicamente dinâmico, mesmo diante das vicissitudes da economia capitalista globalizada. Assim, mesmo enfrentando os efeitos das

crises econômicas do conjunto do país e não fazendo parte da rota de investimentos mais expressivos de Santa Catarina, esse município manteve-se economicamente dinâmico, sendo que a razão principal desse dinamismo encontra-se na própria diversificação industrial encetada nas últimas décadas.

O quinto artigo, intitulado “Um comparativo populacional e de esforço produtivo para mensurar a dinâmica de desenvolvimento entre os municípios de Londrina (PR) e Joinville (SC) durante 2000 e 2009” e de autoria de Paulo Roberto Santana Borges e Fabiana Macedo Biondaro, analisa comparativamente o nível de desenvolvimento populacional e produtivo dos municípios de Londrina (PR) e Joinville (SC) utilizando indicadores produtivos, populacionais e do mercado de trabalho.

A principal conclusão dos autores é que esses dois municípios, ao fazerem parte do grupo das quatro maiores cidades do Sul do país, apresentam alto grau de urbanização. Com isso, a participação das atividades relativas ao setor primário é extremamente baixa em ambos os casos. Nos demais setores econômicos, os indicadores usados confirmam uma ligeira supremacia do município de Joinville em relação à Londrina devido às suas vantagens econômicas, particularmente no setor industrial, que é uma das características mais marcantes do município catarinense. Além disso, por apresentar um setor terciário mais diversificado, o município de Joinville detém níveis de desenvolvimento socioeconômico superior aos verificados em Londrina.

Com mais este número de sua revista eletrônica, o NECAT espera estar dando sua contribuição em relação à realidade catarinense, particularmente no tema relativo ao desenvolvimento regional.

## **PADRÕES DE CRESCIMENTO E INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI**

Beatriz Tamaso Miotto<sup>1</sup>

Pietro Caldeirini Aruto<sup>2</sup>

Fernando César de Macedo<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apreender historicamente os determinantes gerais dos padrões de integração da economia brasileira e as principais consequências das opções da política econômica para o desenvolvimento regional do país. Nessa abordagem, são confrontados dois períodos específicos: o processo de industrialização no período 1930-1980 e a emergência posterior do padrão neoliberal de especialização produtiva. Embora em ambos as características espaciais do subdesenvolvimento persistam, os condicionantes internos e externos, sintetizados na política econômica, são distintos. No primeiro, as desigualdades regionais aumentam diante de um processo de integração nacional e crescimento econômico. No segundo, o aparente movimento de convergência de renda média e de estrutura econômica revela um modelo de baixo crescimento que não é capaz de aprofundar a integração e nem confrontar os determinantes da dependência externa.

**Palavras-chave:** integração regional, Brasil, subdesenvolvimento.

## **GROWTH PATTERNS AND INTEGRATION OF REGIONAL ECONOMY BRAZILIAN IN THE TWENTIETH CENTURY AND THE BEGINNING OF XXI**

**Abstract:** This article aims to emphasize the historical determinants of Brazilian integration patterns as well as economic policy results for regional development. Thus, two periods are highlighted: the industrialization process (1930-1980) and later the neo-liberal pattern of productive specialization. Though the underdeveloped spatial characteristics persevered, internal and external conditions are distinct, as revealed by the shifts in economic policy throughout the period. In the former, regional inequalities have increased on a national integration process and high economic growth. In the latter, the restricted tendency to average income convergence and the economic structure reveals a low-growth model that prevents national integration and deepens the external dependency.

**Key-words:** regional integration, Brazil, underdevelopment.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp na área de Economia regional e urbana, bolsista FAPESP. Email: bea.miotto@gmail.com

<sup>2</sup> Economista-SST/SC, mestrando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp na área de Economia regional e urbana, bolsista CAPES. Email: pietro.aruto@gmail.com

<sup>3</sup> Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico – CEDE. Email: fcmacedo@eco.unicamp.br